

PADRE JOSEPH WRESINSKI

**OS MAIS POBRES, REVELADORES DA INDIVISIBILIDADE
DOS DIREITOS HUMANOS**

Tradução de Carlos Rodrigues

Cadernos de Baillet

Edições Quarto Mundo

Contributo do Padre Joseph Wresinski para a reflexão fundamental da
Comissão Nacional Consultiva dos Direitos do Homem, publicada em
" 1989- Les Droits de l'Homme en question "
Commission Nationale Consultative des Droits de l'Homme,
Paris- La Documentation Française-1989-Páginas 221-237

Índice

Prefácio	4
Introdução.....	6
1- Populações sem o direito de habitarem a terra	7
2- Homens que lutam pelo respeito da sua dignidade.....	9
3- Uma concepção do homem, fonte de responsabilidades e de direitos	12
4- Restituir os Direitos Humanos aos mais pobres, uma missão que diz respeito a todo o homem	15
O Padre Joseph Wresinski	19

Prefácio

“Onde os homens estão condenados a viver na miséria,
aí os Direitos Humanos são violados.
Unir-se para os fazer respeitar é um dever sagrado.”

O texto do Padre Joseph Wresinski intitulado “Os mais pobres, reveladores da indivisibilidade dos Direitos Humanos” é, sobretudo, um grito de quem viveu de perto a grande pobreza e com os empobrecidos se solidarizou profundamente, aprendendo com eles e emprestando-lhes a sua voz para que as suas vidas não fossem esquecidas.

É, também, uma forte interpelação junto ao /à leitor/a a que não se acomode às situações de pobreza que, apesar do enorme progresso material alcançado nos últimos cinquenta anos, continuam a subsistir, tanto a nível de vastas regiões subdesenvolvidas do Planeta como no seio das sociedades economicamente desenvolvidas e que se apresentam hoje como sociedades de abundância e esbanjamento de recursos. Que esta realidade não se tome por fatalidade, quando estão em jogo muitos milhões de vidas humanas!

Pelo vigor com que está escrito, o texto é um forte empurrão a que se vença a apatia e o conformismo e se aceite o incómodo de uma revisão, em profundidade, da atitude das sociedades e dos seus governantes, no plano nacional e supranacional, em relação aos empobrecidos, de modo a fazer jus à universalidade e abrangência dos Direitos Humanos, na sua totalidade.

Só vivendo junto dos pobres, partilhando a sua condição, interiorizando as suas dificuldades, experimentando as suas dores e, sobretudo, os seus sentimentos e as suas raivas em razão de uma exclusão imposta e injusta, se pode abrir alguma clareira na compreensão da pobreza como fenómeno social.

Testemunhos como este escrito do Padre Joseph Wresinski permitem aos não-pobres, e em particular aos investigadores e aos políticos, ter uma sensibilidade mais apurada para um conhecimento mais correcto da problemática da pobreza e para uma fundamentação mais rigorosa das estratégias e medidas de política de combate à pobreza e à exclusão social ou, pelo menos, à atenuação dos seus efeitos mais gravosos.

Fonte de conhecimento insubstituível, o testemunho vivencial de realidades tão desumanas e dramáticas, como as aqui reportadas, é o melhor interpelador das consciências dos não-pobres, suscitando neles a exigência básica de que revejam as ideias feitas, atitudes e comportamentos que, subliminarmente, veiculam uma aceitação prática da exclusão de alguns humanos da casa comum, ainda que continuem a afirmar, no domínio dos princípios éticos e mesmo na ordem jurídico-institucional, a dignidade da pessoa humana “per se” e seus consequentes direitos.

Além do seu valor de testemunho vivencial e do seu contributo para um conhecimento e uma postura ético-política mais esclarecida por parte dos não-pobres, o texto do Padre Joseph Wresinski convida, por outro lado, a repensar a própria lógica subjacente à Declaração dos Direitos Humanos. Celebrado que já foi o seu quinquagésimo aniversário, é tempo de avaliar o seu impacto efectivo, pelo lado dos empobrecidos e dos seus indeclináveis direitos à vida, à dignidade, à liberdade e à participação.

Deste ponto de vista, o texto é de uma enorme ousadia e oferece um olhar inovador de potencial alcance no futuro. São afirmações e entrelinhados que, certamente, merecem ampla reflexão e aprofundamento, nos círculos de opinião para os quais a Declaração dos Direitos Humanos não é uma questão de retórica mais ou menos conseguida, mas sim um guia para a acção, em constante aperfeiçoamento, com vista à construção de um mundo mais humano, mais fraterno e solidário, onde todos, sem excepção, tenham lugar na casa comum da família humana.

Agosto 2001

Manuela Silva

O Padre Joseph Wresinski morreu antes de poder dar o toque final à sua versão e ao seu contributo para esta reflexão fundamental sobre os Direitos Humanos. Porém, já antes da sua última ida para o hospital, tinha traçado a estrutura e as componentes do seu projecto, assim como os aprofundamentos que nele deveriam ser introduzidos. É, pois, ditada por ele, que nós procedemos a uma última revisão, na esperança firme de não traírmos a fineza do seu pensamento e tomando como exemplo o esmero que punha na escolha das palavras.

Encontrar o Padre Joseph através deste escrito, é encontrar um homem que, desde a sua juventude na JOC e durante toda a sua vida de padre, não cessou de aprofundar a sua compreensão e a sua acção no que toca aos direitos inalienáveis a restituir aos mais pobres. E que, com 71 anos, julgava ter ainda muito que aprender, nunca se contentando com o já adquirido, tendo sempre em mira as famílias mais pobres para melhor as compreender.

Aprender os Direitos Humanos e pôr-se a realizá-los, com aqueles que mais se encontram despojados deles, era, a seus olhos, o caminho mais seguro em direcção a uma sociedade que, por ter sabido escolher os melhores guias, ter-se-ia munido da garantia de um constante avanço. Que os defensores dos Direitos Humanos continuem a aprofundar a compreensão daquilo que nos ensinam os mais pobres sobre a indivisibilidade dos direitos fundamentais é para nós uma paixão ardente que nos foi transmitida em herança pelo Padre Joseph Wresinski.

Em nome do Voluntariado ATD Quarto Mundo
Claude Ferrand

Introdução

O homem, a sua mensagem, o seu destino, ocupam hoje mais do que nunca o centro do pensamento e dos combates da humanidade. Não será, com efeito, este o centro dos debates e das lutas que, em nossos dias, têm, de modo tão significativo, por tema os Direitos Humanos?

Todavia, quarenta anos depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos feita pela ONU, a sua realização permanece mais limitada do que muitos esperavam; muito mais limitada do que as nossas democracias ocidentais, durante muito tempo, tinham imaginado. Não há, como nós pensávamos, por um lado os países onde estes direitos são respeitados e, por outro aqueles onde o são pouco ou mesmo nada. A grande pobreza, ao vir à superfície nos países ricos que até se tinham esquecido da sua existência, é, hoje, por eles compreendida como uma violação sistemática dos direitos fundamentais no seu todo. Há, por conseguinte, em todos os países ofensas graves à justiça; recusas graves que não são acidentais, mas sim inerentes à maneira como os homens organizam a vida da comunidade nacional e internacional.

Compreende-se, assim, que a Comissão Nacional Consultiva dos Direitos Humanos, orientada, desde a sua fundação, para a análise de situações e de legislações específicas muito diversas, não tenha querido ficar por aí. Impunha-se uma reflexão sobre os próprios fundamentos dos direitos declarados inalienáveis, sobretudo porque se sentia a falta dela, tanto em França como no resto do mundo. Desejaria, pois, tentar contribuir para esta reflexão, traçando o essencial do que os mais pobres me ensinaram. Foi como homem nascido na miséria e como padre da Igreja Católica Romana, que me concederam o privilégio de partilharem comigo as suas vidas, os seus combates tanto na Europa Ocidental como em África, nas Américas, no Extremo Oriente. Gostaria, pois, de indicar as pistas de investigação que as populações despojadas de todo e qualquer direito me levaram a percorrer, ao longo da minha vida.

Estas populações fizeram-me descobrir as realidades vividas que, para além das culturas e dos continentes, unem os mais pobres e, que significam, em toda a parte, a mesma condição de pessoas que se encontram fora do direito.

Realidades estas que os levaram a escolher o nome de “Quarto Mundo,” já que se tratava de um povo vivendo fora de um mundo que os outros tinham construído só para si. Também darei testemunho da resistência que as próprias vítimas, juntamente com os seus amigos, opõem a esta condição de miséria. Resistência esta que repousa, sempre e em toda a parte, sobre uma concepção que define o homem como pessoa com direito a ter responsabilidades e os respectivos meios para as assumir, sem nunca perder de vista o bem de todos. Uma concepção que considera o homem como pessoa indivisível em si mesma e, que, por conseguinte, é portadora de responsabilidades e de direitos, também eles, indivisíveis. Trata-se, pois, de uma concepção que considera o homem como cidadão indissociável dos outros, como parte integrante de uma humanidade indivisível, onde a participação do mais pobre dos homens na missão comum é absolutamente indispensável.

Como dizia recentemente Michel Mollat¹, todos os avanços essenciais feitos, ao longo dos séculos para se poder ir um pouco mais longe em humanidade, passaram por um regresso aos mais pobres de cada época.

Infelizmente, os homens esquecem depressa o que devem aos mais pobres. Hoje, parece terem esquecido que lhes devem uma concepção que considera o homem como pessoa nascida igual a todas, livre e, por isso mesmo, portadora do direito de participar como parceiro igual, livre e indispensável na vida de todos.

Em conclusão, esta concepção do ser humano apresenta-se como justa para todos os homens, seja qual for a sua identidade cultural ou espiritual. E, do ponto de vista dos mais pobres, todos os homens aparecem investidos da mesma missão que consiste em levar por diante o direito de cada um a receber os meios que lhe permitam estar e agir em conformidade com a sua verdadeira grandeza.

¹ audição perante a secção dos assuntos sociais do Conselho Económico e Social a 18 de Março de 1986.

1- Populações sem o direito de habitarem a terra

Recordando tudo o que passei na minha infância e durante toda a minha vida, posso dizer que os mais pobres sempre me apareceram como famílias, como um povo a quem era negado o direito de habitar o mesmo mundo que os outros; como um povo sem o direito de habitar a cidade, o país, a terra. Pois, alguma vez se podia chamar “habitar” àquela maneira de viver num covil, tudo a monte, de se abrigar onde calhava e com o que calhava, no bairro onde a minha própria família vivia num pardieiro?

População desterrada para os baixios da cidade de Angers, ocupando águas-furtadas, ou algumas assoalhadas viradas para um pátio onde nunca entrava o sol, ocupando um recanto nos confins de um corredor sem janelas, ou ainda uma cave que nunca tinha sido concebida para servir de habitação.

População que, por ocupar tão mal o mundo, era, aliás, considerada indigna de, algum dia, vir a habitá-lo em comunidade com outras famílias menos infelizes.

“Calem-se lá. Como querem vocês ser respeitados, vivendo como vivem?”

Mais tarde, prior de aldeia, quando era convidado a tomar a refeição do Domingo em casa ora de um, ora de outro dos grandes proprietários da minha paróquia, via que os trabalhadores agrícolas sazonais também eram chamados a sentarem-se à mesa. Lá vinham dos seus alojamentos sem conforto que lhes eram emprestados, pelo tempo de uma colheita. Ocupavam a ponta da mesa onde só uma sopa lhes era servida, enquanto os convidados, à volta do proprietário, comiam uma verdadeira refeição. Trabalhadores obrigados a habitar sítios sucessivos, sempre a título provisório e cuja identidade de convidados do Domingo estava em conformidade com a sua identidade de pessoas pobres a alojar e a alimentar ao mínimo custo, pelo tempo que durava a sua utilidade. Homens, famílias que, mal o Inverno chegava, eram obrigados a procurar refúgio numa cabana escondida no meio do mato, num abrigo feito de barro e de ramos, escavado na encosta de uma colina para evitar que a água entrasse, ou ainda num barracão abandonado...

Finalmente cheguei ao acampamento dos Sem-Abriço, em Noisy-le-Grand, no fim do mundo onde duas centenas de famílias com mais de mil crianças se abrigavam em iglus¹ de fibrocimento que, em qualquer outro sítio, estariam reservados a porcos; e, mesmo isso, era a título provisório, pois quem aceitaria tal lepra às portas de Paris, durante muito tempo?

Encontrava-me, pois, novamente perante famílias tratadas mais como objectos de decisões, de ajudas e de inspecções que como sujeitos de direito. Famílias cuja identidade não passava de uma denominação negativa: associas, inadaptadas, incómodas, problemáticas, tendo-lhes sido subtilizado, a pouco e pouco, o único rótulo mais ou menos neutro de “sem-abriço.”

Encontrando-se o Movimento ATD Quarto Mundo em plena expansão, vieram, então, os anos em que o meu caminho me conduziu pela Europa fora e por todos os continentes. Acabei por encontrar, sempre e por todo o lado, esta mesma recusa do direito dos mais pobres de habitarem a terra e de serem considerados pelos outros como alguém. Encontrei famílias inteiras, nas ruas das grandes cidades da América do Norte, que viram a sua identidade familiar destruída, pelo facto de serem colocadas a monte, as mães e os filhos, num abrigo da assistência e os pais, noutra... Famílias da América Latina que fugiram do campo e da fome para se incrustarem no declive de um barranco, junto à capital. Aí, tanto os nascimentos como as mortes ficam por registar, porque não deviam encontrar-se naquele sítio onde é proibido habitar. Quando as chuvas tropicais arrastam uma cabana para o abismo, crianças há que viveram e que morreram sem nunca terem existido para os serviços da administração. Do mesmo modo não constam nos registos, sejam eles nacionais ou internacionais, as famílias instaladas algures nas Antilhas sobre uma terra pantanosa, na orla de uma enseada. Encontram-se ali clandestinamente e, quando a escavadora chegar para dar ao terreno um outro destino, ninguém ficará a saber quantas centenas de abrigos, de humildes haveres serão reduzidos a pó. Nunca mais ninguém ficará a saber por onde andam e onde se escondem estas famílias que, em lado algum, são desejadas.

Nota do tradutor :

¹ No bairro de lata de Noisy-le-Grand, as cabanas eram chamadas iglus por terem a forma das habitações dos esquimós.

Também ninguém sabe o que foi feito dos habitantes mais pobres e mais doentes das aldeias do Sul do Sara devastadas pela oncocercose, doença vulgarmente chamada “cegueira dos rios.” Cegueira que os tornou inválidos para sempre só porque beberam água inquinada, a única de que dispunham. Assim, viram-se forçados a exilarem-se, juntamente com os outros, para terras ainda mais áridas e incapazes de os alimentar. Que foi feito das famílias mais frágeis que não puderam regressar às suas aldeias, uma vez saneadas por um vasto programa internacional? Nós sabemos que algumas delas foram empurradas ainda mais para o interior do mato e que outras procuraram refúgio na cidade onde os cegos estendiam a mão à caridade todas as sextas-feiras junto à mesquita e as crianças vagueavam pelas ruas...

E que dizer destas crianças da rua que, em todos os continentes em vias de desenvolvimento, ganham a vida sozinhas, mendigando ou roubando a sua própria subsistência e, por vezes, a de toda a família? Que dizer das crianças que passam a noite deitadas, junto a um matadouro e que, de madrugada, remexem o entulho despejado nas lixeiras da cidade? Estamos, pois, perante o desfecho final e inexorável da desumana interdição feita aos mais pobres de habitarem a terra. Um desfecho de que nós, nos países ricos, talvez nem sempre reconheçamos ser co-responsáveis.

Haverá verdadeiramente uma diferença fundamental entre a miséria destituída de todo e qualquer direito nos países longínquos e a grande pobreza de uma família na Ilha de França?² Estou a pensar num lar que, em 1987, se escondia, havia quatro anos, nos alicerces de uma casa em ruínas situada numa aldeia abandonada nos arredores do aeroporto de Roissy-en-France. Sem domicílio reconhecido, sem trabalho, sem cartão de eleitor, sem possibilidade alguma de inscrever os filhos na escola, este lar era perseguido por ocupação ilegal e o aeroporto exigia-lhe dez mil francos por perdas e danos. Curiosamente, esta família tinha um processo junto das instâncias judiciais, embora não existisse para a administração escolar nem para os serviços sociais de realojamento. Como a Câmara queria acelerar o seu despejo, cortou-lhe a água no cemitério onde ia abastecer-se.

Em suma, quanto mais pobre é o homem tanto mais baixa é a sua cabana, mais frágil a sua palhota, mais exiguo e húmido o seu abrigo, mais degradado se encontra o seu pardieiro; tanto mais a sua barraca se encontrará nos piores recantos do bairro, nos mais infestados pela bicharada. Quanto maior é a pobreza mais longe se fica de todo e qualquer abastecimento de água, mesmo inquinada; mais é preciso baixar-se para se poder entrar, mais temos que nos apertar para se caber num espaço superlotado que afecta toda e qualquer harmonia de vida. Com efeito, a precariedade do habitat gera insegurança nas relações, na amizade entre vizinhos, no amor entre esposos, entre pais e filhos. Tudo isto acaba por dar origem a desordens e a manifestações de violência.

E, assim, as famílias, devido à miséria em que vivem, vão-se tornando indesejáveis, fonte de repugnância e de medo para o mundo que as rodeia. E, se não forem elas próprias a tomar a iniciativa de se irem embora, acabarão por ser perseguidas até à expulsão. A partir daí, jamais o direito de ocuparem um pedaço do mundo, mesmo a título provisório, lhes será reconhecido.

Na ponta final da caminhada dos mais pobres, que entretanto se tornaram vagabundos em busca de abrigo, resta-lhes ocupar os baldios, os matagais, as zonas periféricas das cidades ainda por utilizar e onde as escavadoras podem chegar de um dia para o outro. No fim do caminho, só lhes resta a ocupação ilegal e “selvagem” de habitações vazias e às crianças espera-as passar a noite debaixo das bancas de um mercado, ou à entrada de um cinema; espera-as ainda passarem o tempo a inventar como sobreviver na rua, nos parques de estacionamento ou nas praias das grandes cidades.

O fim da caminhada traduz-se, sobretudo, pela passagem de uma identidade já em si negativa para uma espécie de não-identidade, de não-existência administrativa, para uma não-existência em todo e qualquer registo ou estatística. Então, seres humanos, famílias inteiras passam a aparecer como se fossem fantasmas: foram vistos, mas já ninguém sabe bem onde nem quantos são. É o fim de toda a esperança de poderem, um dia, fazer parte daqueles que proclamaram: “Nós, os povos das Nações Unidas,” esta comunidade internacional que decidiu bater-se pela realização dos Direitos Humanos. É também o fim de toda a esperança de, um dia, terem a oportunidade de juntarem a sua força à dos outros, participando no mesmo combate pelos direitos. Na verdade, se tal fosse possível, isso seria, até certo ponto, uma maneira de ainda poderem existir aos olhos do mundo. Quanto mais pobre se é, quanto mais o ser humano se encontra privado do direito de habitar a terra tanto, mais se torna urgente reunir energias através do

² **Nota do tradutor** : Ilha de França é o nome dado a um conjunto de departamentos que formam a coroa de Paris.

mundo. Mas, infelizmente, quanto menos direitos temos, menos somos livres e capazes de juntar a nossa força à dos outros para levar por diante um combate comum. A verdade é que os mais pobres, achando-se privados de uma identidade digna no presente, acabam também por se encontrar ausentes da história, por ficar fora da história do povo. É-lhes negada a possibilidade de fazerem parte de um povo que, em nome da sua história passada e presente, teria como projecto a realização de um futuro comum onde todos participariam.

São estes os factos. Mas o mais importante não será o sofrimento que os factos escondem? A grande pobreza, ao provocar o insucesso dos Direitos Humanos no seu conjunto, representa um esbanjamento intolerável de inteligência, de capacidade inventiva, de esperança e de amor. É o desperdício de um capital incalculável de homens, de mulheres e de crianças; e isto por se encontrarem fora do direito, fora dos serviços da administração, fora da comunidade e fora da democracia. Mas, por trás do silêncio dos registos, das estatísticas, há, sobretudo, uma infância mutilada, jovens entregues ao desespero, há adultos forçados a duvidarem da sua condição humana e da sua dignidade.

Na verdade, os mais pobres dizem-nos muitas vezes: "Não é o passar fome, o não saber ler, nem tão-pouco o facto de não se ter trabalho que é a pior das infelicidades do homem. A pior das infelicidades é a de ser considerado inútil, de tal maneira inútil que até os nossos próprios sofrimentos são como se não existissem. O pior infortúnio é o desprezo dos concidadãos. Pois é o desprezo que vos mantém à distância de todo o direito, que leva o mundo a desdenhar do que viveis e que nos impede de sermos reconhecidos dignos e capazes de assumir responsabilidades. O pior infortúnio da pobreza é o de vivermos como se fôssemos almas penadas, ao longo de toda a nossa existência."

2- Homens que lutam pelo respeito da sua dignidade

Foi nos países ricos que descobrimos que a extrema pobreza humilha os homens, destrói a sua identidade e abre na sua existência uma ferida que não cicatriza.

É verdade que no Ocidente, durante algumas décadas, se teve a impressão de que a miséria já não existia como uma realidade no interior das suas fronteiras. Os pobres apareciam como uma minoria em si tão insignificante que, até certo ponto, era como se não existissem para a opinião pública. No entanto, durante este período da nossa história, nunca faltaram homens e mulheres que se apresentavam como testemunhas de um Quarto Mundo esquecido e de mãos atadas ao mais baixo nível da escala social; homens e mulheres que recusavam tal esquecimento e que, ao agirem como cidadãos do seu tempo, provocaram um duplo progresso. Devemo-lhes, com efeito, a redefinição da grande pobreza no âmbito dos Direitos Humanos e a criação de laços associativos capazes de provocar o reconhecimento dos sofrimentos e das esperanças dos mais pobres.

Os nossos países não podem, pois, continuar a atribuir-se os êxitos que pensavam ter alcançado em matéria de direitos inalienáveis. Ao reconhecerem tal insucesso, contribuíram, em contrapartida, para um avanço significativo na compreensão da íntima ligação que existe entre a indivisibilidade destes direitos e a miséria. Seria bom relembrar aqui a seguinte definição retida pelo Conselho Económico e Social francês no seu relatório de 11 de Fevereiro de 1987 intitulado *Grande pobreza e precariedade económica e social*: "As situações de grande pobreza resultam de um encadeamento de precariedades, que afectam os vários domínios da existência, que persistem e comprometem todas as probabilidades da pessoa vir a ser capaz, num futuro previsível, de reassumir as suas responsabilidades e reconquistar os seus direitos por si mesma."

Estamos perante uma definição que constitui uma inovação de primeira ordem. Ainda lhe resta, certamente, uma grande caminho a percorrer para conseguir penetrar nos espíritos e nas políticas, mas isso não impede que, em si própria, representa um grande progresso.

As relações de solidariedade e de parceria desenvolvidas com as famílias que já não contavam para nada na vida da nação, não representam também elas um avanço notável?

Sem elas, ignoraríamos, ainda por muito tempo, os sofrimentos que a ausência de todo e qualquer direito inflige aos mais pobres; ignoraríamos também que as pessoas e as famílias recusam terminantemente ver-se privadas de uma identidade honrosa. Se continuássemos a condená-las ao silêncio, não teríamos compreendido que toda a sua existência é um grito. Ao criarmos laços de amizade, ao restabelecermos relações privilegiadas com elas (mesmo se, por enquanto, isso se limita à acção de simples cidadãos e de algumas Organizações não Governamentais) ficámos a saber que é necessário reconsiderar a aplicação dos Direitos Humanos a partir dos mais pobres.

Com efeito, achando-se profundamente humilhados na sua identidade como sujeitos de liberdade e de direitos, são eles quem melhor nos pode instruir nesta matéria.

Além disso, hoje em dia, aceitamos mais facilmente que eles sejam, por direito próprio, os nossos companheiros, os nossos parceiros privilegiados neste novo combate. Com efeito, reconhecemos que são os primeiros a recusar a exclusão e a conhecer as condições para se lhes pôr um termo.

Nos nossos países, membros da Comunidade Europeia, os gestos de recusa praticados pelas famílias mais pobres escapam, muitas vezes, aos nossos olhos. Não somos capazes de apreciar tais gestos de recusa, mesmo quando praticados em situações extremas, mesmo quando as privações são de tal ordem que já não há possibilidade alguma de comprar um par de sapatos para os filhos ou um pacote de detergente para lavar a roupa.

Quantas vezes não encontrei homens que evitavam apresentar-se nos Centros de Emprego onde o seu aspecto, por si só, os desqualificava para todo e qualquer trabalho?

Vi-os entregarem-se, por meia dúzia de tostões, a trabalhos clandestinos humilhantes (certos trabalhos de limpeza, de carga e descarga de mercadorias, de desratização).

Vi-os chorar de vergonha, às escondidas dos seus.

Imaginamos nós, um só instante, a coragem que é preciso ter para aceitar questionários intermináveis, ora sobre a nossa vida íntima, ora sobre a dos nossos, só porque daí dependem determinadas ajudas públicas? Qual dos mais pobres não sentiu que não acreditavam nele? Onde está o homem em situação de grande pobreza que não tenha sido acusado de fingimento? Onde está a mulher pobre a quem nunca foi dito que estava a contar histórias, quando se dirigia aos serviços sociais para solicitar socorro? Quantos pais não foram tratados de desleixados por não mandarem os filhos à escola, quando, na realidade, não tinham com que lhes oferecer o pequeno-almoço indispensável para fazerem a pé os quatro quilómetros que separavam a escola do bairro degradado onde viviam e onde não havia transporte escolar? Quantas crianças do Quarto Mundo não foram tidas por mentirosas, quando diziam à professora que não podiam vir à escola, porque a mãe, que se encontrava doente, precisava deles para cuidarem dos irmãos mais novos? Quantas crianças não ficaram transidas de vergonha, porque uma professora decidiu despi-los e vestir-lhes roupa lavada, à frente dos companheiros?

No entanto, mais tarde ou mais cedo, as crianças retomam o caminho da escola; os homens, o do trabalho humilhante; as mulheres, o dos serviços sociais do Estado ou da assistência paroquial.

Se é verdade que, por vezes, os nervos tomam conta deles e que, levados pelo cansaço, alguns se deixam arrastar pela violência e pela bebida, não é menos verdade que, em nenhum outro lugar, encontrei gente com tão grande desejo de fazer as coisas bem feitas, gente com tantos fracassos por não saber por que ponta começar no meio de tamanhas dificuldades, gente com tanta coragem para não se deixar ir abaixo durante muito tempo. Esta existência obscura, despojada de todo e qualquer sinal exterior de dignidade; estas mãos vazias, esta impossibilidade de manter a mais elementar vida familiar e comunitária, não deveriam, pelo contrário, ter atirado as famílias do Quarto Mundo para o desespero, para o ódio? Humilhadas a este ponto, não deveriam ficar de rastos? No entanto, todos os dias, nós vemos, tanto em casa como na rua, pessoas que levantam a cabeça, famílias que se agarram à vida, pais que enfrentam as dificuldades.

“Por causa dos filhos,” dizem eles às raras pessoas que ficam maravilhadas com tal coragem.

“Apesar de tudo também nós somos humanos,” acrescentam alguns, em voz baixa.

Passar-se-ão as coisas de maneira diferente para os mais pobres dos países em vias de desenvolvimento? Quantas coisas não ouvimos nós dizer sobre estas populações? Há quem as considere apáticas. Também há quem diga que nem tão-pouco conseguem ver onde estão os seus próprios interesses, pois teimam em manter-se demasiado agarradas a uma cultura que rejeita toda e qualquer possibilidade de mudança ou evolução. Nós podemos afirmar que fomos, muitas e muitas vezes, testemunhas do contrário para acreditarmos nessa ideia que os homens, sejam eles quais forem, possam encontrar agrado numa vida de extrema pobreza. Vimos, com efeito, famílias, aldeias inteiras agarrarem-se com unhas e dentes a uma cultura ancestral que esgotava os seus corpos sem conseguir alimentá-los. Mas, se assim acontecia, não era porque recusavam a mudança, a evolução mas sim porque ninguém lhes podia garantir que essa mudança os não conduziria a uma miséria ainda maior, definitiva. Nos bairros de lata, a sul do Sara, vimos mães encherem, logo de manhãzinha, a boca de papas aos recém-nascidos que passavam o resto do dia sem mais nada, enquanto elas partiam descalças, percorrendo quilómetros e quilómetros à procura de trabalho na cidade. Mães que recusavam obstinadamente confiar o filho a um orfanato, pois sabiam muito bem que de lá não voltaria.

“Os pobres, dizia-me uma mãe, têm que trabalhar sem terem ofício, sem nada a que se agarrar e só vivem para não morrerem. Mas a isto não se pode chamar viver verdadeiramente a vida, porque a vida não é assim.”

Mas, então, o que seria a vida para ela?

“A vida é nunca ter que mendigar, é ser respeitado e cumprimentado com dignidade. Quando a minha patroa me injuria, não digo nada e penso cá para comigo que a mão que dá está sempre por cima da mão que recebe. Por causa dos meus filhos, calo-me. Mas a minha patroa não é Deus. Deus sabe quem eu sou.”

No seminário internacional realizado na UNESCO em Junho de 1987 sob o tema *Família, extrema pobreza e desenvolvimento* foi afirmado que os mais pobres, no mundo inteiro, só viviam graças aos seus próprios esforços, ao apoio de alguns concidadãos e de pequenas Organizações não Governamentais que localmente se alinhavam a seu lado. Esta recusa da pobreza, talvez desajeitada, ineficaz, sem meios, mas infinitamente tenaz foi proclamada perante as grandes instâncias intergovernamentais. Também o respeito pelos Direitos Humanos no seu conjunto foi proclamado como indispensável, já que a vida dos mais pobres em qualquer parte do mundo, revela a sua interdependência como evidente. Com efeito, nos países industrializados, um iletrado, um adulto no desemprego de longa duração, um lar totalmente dependente das ajudas públicas encontram-se politicamente desarmados, mesmo se a liberdade política lhes é, em teoria, reconhecida. De igual modo, num país em vias de desenvolvimento situado na orla do deserto, as liberdades de opinião, de expressão, de associação permanecem letra morta para as famílias que vivem aí acabrunhadas pela febre, pela miséria e que só podem alimentar-se, duas ou três vezes por semana.

A vida dos mais pobres de todos os continentes põe em evidência que conceder as liberdades civis e os direitos políticos sem pôr à sua disposição os meios concretos para os assumir pode ser pior que recusá-los. Agir assim é enterrar os mais desfavorecidos na exclusão, é humilhá-los por não se comportarem como cidadãos livres, quando, na realidade, isso só lhes é permitido em teoria. Agir assim, é pô-los, sem defesa, à mercê dos caprichos de quem tem meios para fazer uso da sua liberdade. De igual modo, sentir-se forçado a receber um Rendimento Mínimo Garantido, a aceitar um trabalho ou um alojamento qualquer, sem poder dar a sua opinião, escolher, negociar ou recusar é, uma vez mais, estar reduzido a uma cidadania de segunda ordem. Não foi o que aconteceu, na capital de um determinado país da Europa Ocidental onde lares sem trabalho, sem rendimentos e vivendo apenas de uma pensão mínima concedida pelo Estado foram obrigados a residir em bairros degradados? Não foi também o que aconteceu numa outra grande cidade onde lares sem abrigo só tinham como escolha possível sair donde estavam pela força ou então aceitar um alojamento em prédios sem instalações sanitárias capazes de uma vida familiar digna? Sendo assim, que significado poderá ter para as populações em grande pobreza, sejam elas do Norte ou do Sul, a livre escolha do domicílio, a livre circulação?

A julgar pelo que nos ensinam estas populações, os pobres pagam os direitos concedidos como se fossem “peças separadas,”¹ com um acréscimo de humilhação, de dependência e de críticas desdenhosas.

“Mas por que razão não se ocuparam da conservação dos poços? Por que motivo não fizeram a revisão dos tractores?”

Assim se fala, esquecendo que, numa região onde paira a fome, teria sido indispensável pôr à disposição da população os meios necessários que lhe permitissem apropriar-se de uma nova cultura e dar aos interessados o tempo suficiente para a reflexão e livre escolha. Também há quem diga da população dos bairros degradados de uma certa cidade da Europa que não se desloca às urnas para votar: “Esta gente não tem sentido político nenhum.”

São críticas de que os habitantes não se podem defender, pois acontece que, nos seus bairros, as escolas, além de mal equipadas, há muito que têm alunos a mais. Sucede também que muitos adultos não conseguem ler os programas políticos e, de qualquer modo, ninguém lhes pede a opinião, quando tais programas são elaborados.

Do ponto de vista dos mais pobres, parece bem claro que só um combate pelo respeito dos direitos no seu conjunto pode assegurar a dignidade humana.

À força de nos preocuparmos com a realização, ora de uma, ora de outra categoria de direitos, não teríamos nós esquecido qual a sua verdadeira razão de ser e que a finalidade de todos eles é a dignidade inalienável de todo o ser humano? Se não fosse por esquecimento, que outra explicação, que outra desculpa poderia a nossa sociedade apresentar, ao verificar que alguns dos seus

¹ **Nota do tradutor:** a expressão “peças separadas” designa as peças de um carro ou de uma máquina que são compradas à parte e que implicam um acréscimo de preço; no texto, a imagem é aplicada aos mais pobres para quem os direitos concedidos implicam um aumento de humilhação, porque, encontrando-se fora da sua globalidade, permitem a acusação sem trazerem a solução.

membros estão condenados a uma vida de miséria destruidora, sem que ela ponha em acção todas as suas energias para a eliminar?

3- Uma concepção do homem, fonte de responsabilidades e de direitos

Encarar a grande pobreza como uma questão essencial a pôr aos defensores dos Direitos Humanos representava, como já foi dito, uma grande inovação. Uma inovação que surpreendeu a opinião pública dos países democráticos ocidentais. A experiência do Conselho Económico e Social francês levou-nos a compreender isso um pouco melhor, já que, em conformidade com o seu mandato, tinha escolhido reflectir e propor ao governo o seu parecer sobre uma realidade económica e social que inquietava cada vez mais o país. A sua análise conduzia logicamente a uma interrogação sobre a aplicação dos direitos inalienáveis garantidos pela Constituição; a grande pobreza punha necessariamente em questão o funcionamento e a autenticidade da nossa democracia. Assim, o Conselho Económico e Social convidava-nos a aprofundarmos o pensamento e a melhorarmos as medidas de garantia nesta matéria. Então, pudemos aperceber-nos de que este convite era demasiado incómodo para certas maneiras de conceber os Direitos Humanos, ainda hoje em vigor.

Tanto em França como no resto da Comunidade Europeia, tínhamos, evidentemente, motivos para não estarmos descontentes com as nossas realizações da Declaração Universal de 1948. Pensávamos ter à nossa conta êxitos capazes de resistir a qualquer crítica, sobretudo no que dizia respeito às liberdades e aos direitos políticos. E eis que, do mais profundo das nossas próprias sociedades democráticas, nos chegavam, inesperadamente, questões como estas:

O reconhecimento destas liberdades é para quem?

Por que motivo não é para todos?

Como explicar que os mais pobres continuem a viver numa situação de "gente fora do direito"?

Teremos nós verdadeiramente ultrapassado a fronteira que existe entre uma sociedade de privilégios e uma sociedade de Direitos Humanos?

De facto, o Conselho Económico e Social constatava, com provas na mão, que os mais pobres continuavam a existir entre nós e, ao mesmo tempo, demonstrava que a situação de pobreza vivida pelos mais desfavorecidos dos nossos concidadãos revelava os graves atropelos de que sofriam as nossas convicções, os nossos ideais e as nossas declarações.

Era, pois, uma constatação desconcertante que nos obrigava a pôr ainda outras questões:

Teremos nós razão em estabelecer uma certa hierarquia entre os direitos, quando, na realidade, todos eles são declarados inalienáveis?

Será razoável pôr em destaque as liberdades civis e os direitos políticos como se, de algum modo, fossem mais nobres do que os outros? Como se fossem mais fáceis de promover que os direitos económicos, sociais e culturais, pois bastaria que o Estado se abstinhasse de toda a interferência, para que todo o cidadão deles pudesse usufruir?

Teremos nós visto com justeza, ao decretarmos uma ruptura no interior de um conjunto de direitos que os nossos governantes tinham proclamado indivisíveis e interdependentes na Assembleia Geral da ONU?

Não podemos esperar mudanças rápidas, quando pela frente estão questões como estas tão embaraçosas, mesmo para os militantes mais sinceros. Como contrariar o curso da história que conduziu certos países a afrontarem-se na Comissão dos Direitos Humanos sobre a prioridade a atribuir aos direitos civis e políticos segundo uns, aos direitos económicos, sociais e culturais na opinião de outros?

No recinto desta Assembleia, assim como no seio das nossas instâncias nacionais e europeias, continua a ser difícil chegar-se a um consenso para se agarrar por dentro o tema *Grande pobreza e indivisibilidade dos Direitos Humanos*. Os defensores dos Direitos Humanos, reunidos no dia 17 de Outubro de 1987, no Adro dos Direitos Humanos e das Liberdades em Paris, proclamaram pela voz de cem mil homens e mulheres, pobres e abastados vindos de toda a parte, que a miséria é uma violação dos Direitos Humanos. Cerca de cinquenta Organizações não Governamentais das mais diversas agruparam-se nesse dia, à volta dos mais pobres. Para estes o dia 17 de Outubro é, doravante, uma data que dá um verdadeiro sentido aos seus sofrimentos e ao seu combate. Foi certamente um passo em frente, talvez um novo arranque mas, passado o acontecimento, tudo estava por fazer no sentido de tornar firme esta tomada de consciência; no sentido de converter em gestos concretos o pacto de aliança, ali feito, com os desempregados, os iletrados, os indigentes e os sem-abrigo.

Esta lentidão com que se avança (e este avançar é inevitável), não será, antes de mais, devida à nossa inexperiência, à nossa ignorância do que vivem as populações reduzidas à dependência da boa vontade alheia?

Sabemos que a nossa sociedade, no seu conjunto, perdeu o sentido do contacto com os outros. Não será, talvez, por isso mesmo que já não conseguimos saber o que significa estar privado de meios concretos para tomar a palavra, para exprimir o que se vive, para pôr em valor a nossa condição de homem, para defender a nossa causa?

Mas, se nós conseguimos viver, durante tanto tempo, na ignorância do que sofre e do que pensa esta "parcela" de humanidade, assim, tão despojada de direitos; se até conseguimos ignorar que uma boa parte dos nossos próprios concidadãos vivia em idênticas condições, não será porque não nos questionamos seriamente sobre o porquê dos Direitos Humanos?

Em nome de que concepção, tem o homem direitos absolutos?

Em nome de que podem estes direitos ser-lhe retirados?

Aqueles que só têm como contributo possível a sua humanidade nua e crua, aqueles que não podem oferecer uma contrapartida reconhecida como significativa, porque estão privados de todo e qualquer meio para o fazerem, levantam-nos, antes de mais, a seguinte questão que constitui o fundamento das nossas declarações e pactos :

Por que razão se declara que os homens nascem iguais e livres?

A constatação de que os direitos reconhecidos a este título são sistematicamente negados a um certo número de pessoas implica novas questões:

Será que existem homens inferiores? Seres humanos nascidos ou progressivamente conduzidos a serem menos iguais, menos livres, menos homens que outros?

Em suma, poderá a humanidade produzir refugos, como já ouvimos dizer em vários países?

Durante o Ano Internacional da Criança, levantámos uma questão análoga a esta mas a propósito dos direitos da criança. Reafirmar que as crianças têm direitos inalienáveis era uma coisa necessária.

Mas não seria ainda mais necessário reafirmar os motivos?

Será que temos sobre a criança uma ideia sem equívocos e com bons alicerces?

Conhecemos e respeitamos a criança por ela mesma, pelo que representa para a humanidade de hoje e de amanhã?

A realidade vivida pelas crianças do Quarto Mundo obriga-nos a pôr tais questões, pois as nossas atitudes e comportamentos fazem-nos, por vezes, crer que para nós estas crianças, no fim de contas, era melhor não terem nascido.

"Quando vemos a maneira como são tratados os nossos filhos, podemos perguntar:

Que importância lhes dais? Que caso fazeis de nós, como pais com direitos?"

Foi esta a interpelação feita pelas famílias do Quarto Mundo no colóquio organizado pelo Conselho da Europa em 1984 e que tinha por tema *O direito das famílias a viver com dignidade*.

Qual é a nossa concepção do Homem? Eis a primeira questão que nos é posta pelas populações atoladas na miséria. A seguir, baseando-se na sua experiência de vida, somos interrogados sobre a qualidade das nossas concepções do homem, na medida em que as aplicações que delas fazemos revelam que ignoramos de facto a indivisibilidade dos direitos fundamentais. Já vimos como a vida das populações excluídas aponta para a interdependência desses direitos. Todavia, a causa do seu desapontamento não é tanto o facto dos mecanismos desta interdependência as encerrarem numa existência toda ela tecida de privações insuportáveis; a causa do seu sofrimento, como já o dissemos, é bem mais a indiferença do mundo que as rodeia, que pouco ou nada procura compreender, mesmo quando o que está em jogo é o futuro de seres humanos em carne e osso.

"Será que não somos seres humanos?"

Questão perturbadora para aquele que aceita ouvi-la com atenção, pois é ditada por uma concepção do homem que os mais pobres recusam abandonar. Se nós os ouvíssemos um pouco que fosse, isso permitir-nos-ia lembrar aquilo que parece termos esquecido: que todo o homem é um homem. "Zo kwe zo" como dizem os nossos amigos de África e que, por conseguinte, os Direitos Humanos devem ser defendidos, não em nome de uma ideia do direito seja ela qual for, mas sim em nome do homem.

Vimos como, ao contrário do que seria de esperar, não pára de ressurgir, nas zonas de grande pobreza a recusa de se ver tratado como um simulacro de homem.

"Não é normal "...

Quantas e quantas vezes ouvimos estas palavras repetidas como um queixume sem fim!

“Senhor prior, acha normal que me recusem um alojamento? ”

“Senhor prior, é verdade que não sei ler, mas acha normal que na escola ninguém queira ouvir a minha opinião sobre os meus filhos? ”

“Senhor prior, acha normal que me tenham posto num orfanato, porque a nossa barraca ardeu e a minha mãe ficou na rua? ”

E, muitas vezes, vem logo a seguir esta observação terrível: “No entanto, nós não somos cães.”

O facto de termos esquecido que todo o homem é um homem não será o que nos levou a deixarmos uma parte da humanidade de mãos vazias, sem meios para manifestar a sua dignidade, a sua capacidade de pensar, a sua utilidade?

No entanto, é nestes termos que eu, enquanto padre, me vejo obrigado a pôr a questão a mim mesmo e à minha Igreja. A minha primeira preocupação não deve ser a de verificar se o mundo é ou não é fiel às suas próprias declarações dos Direitos Humanos. Primeiro que tudo, devo contribuir para que as nossas declarações e as aplicações que delas fazemos correspondam ao olhar de Deus sobre os homens. Devo interrogar-me se, para mim, o homem desfigurado pela miséria continua a ser um homem acabado, intacto, filho de Deus por nascimento. Devo saber se a maneira com que tento pôr em valor os direitos dos mais pobres na minha vida, no meu sacerdócio, na minha Igreja e no meio dos homens contribui para o alargamento da sua liberdade. Liberdade de pensar, de crer, de agir para seu próprio interesse, mas também liberdade de agir para o bem de todos. Através da minha vida, da minha acção, da minha palavra procuro que sejam informados de que são livres e capazes de escolherem ser os agentes privilegiados da justiça de Deus e da dos homens.

O cristão só pode conceber o homem como livre; só pode conceber cada ser humano como único e indispensável ao projecto comum. Para o cristão o homem sem direitos, porque privado de meios para se mostrar igual aos outros, não existe. Tanto ele como a Igreja não têm que defender primeiro que tudo os Direitos Humanos e, muito menos ainda, defendê-los em nome do direito. Nós temos que defender prioritariamente o homem começando por restituir com justiça os direitos de todos àqueles cuja qualidade humana se encontra enxovalhada.

O Evangelho diz-nos que Deus está no direito de saber se todos os seus filhos são amados pelos irmãos. Aliás, o Evangelho põe-nos esta questão essencial: quem devo amar primeiro que tudo? A quem devo oferecer em primeiro lugar este acréscimo de amor que o restabelecerá na sua igualdade de filho de Deus? Do ponto de vista do Evangelho, é, sem dúvida alguma, a este homem, a esta mulher, a esta criança, a esta família que se encontram no maior dos despojamentos, que não têm nem a nossa instrução, nem a nossa cultura, nem, por conseguinte, a nossa maneira de venerar Deus. São estes que devemos tratar como a nós mesmos, pois é neles que os direitos de Deus são violados, dado que já os não reconhecemos como irmãos. Será uma ousadia da minha parte acrescentar que todas as declarações sobre os Direitos Humanos feitas na história moderna me parecem ser a interpretação e o reflexo do que Jesus Cristo viveu e continua a viver na plenitude? O Evangelho ensina-nos, talvez melhor do que muitos dos nossos tratados e declarações, o que é a indivisibilidade dos direitos e isto em nome da indivisibilidade da própria humanidade a que nós chamámos, em certas épocas, fraternidade.

Mas o reconhecimento de um irmão em cada homem, a defesa do homem pelo homem, assim como a restituição dos Direitos Humanos aos mais pobres, pelo simples facto de serem homens, não seria isto uma missão portadora de unidade para todas as Igrejas, todas as religiões, todos os homens de boa vontade?

Não será isto uma responsabilidade que cabe a cada homem só pelo facto de ser homem, do mesmo modo que é por essa razão que lhe competem direitos? Quem não adere a esta exortação: não faças aos outros o que não queres que te façam a ti? Não será a fraternidade o que todos os homens procuram? E não será dela que todos precisam, igualmente?

Todos os homens de boa vontade, quando tocam na miséria de perto, são chamados à ordem pelo seu Deus, pelas suas convicções religiosas. Quem pode aceitar que um chefe de família seja incapaz de ler e de escrever? Que um homem pobre, sobretudo se é jovem, esteja condenado ao desemprego por falta de instrução? Ninguém pode admitir que uma mãe de família numerosa não tenha meios de espécie alguma para se tratar como deve ser; que não tenha dinheiro para alimentar ela mesma os filhos. Nenhum homem com coração pode permitir que haja crianças humilhadas na escola por causa da miséria que existe em suas casas; que famílias inteiras sejam obrigadas a viver como se a felicidade lhes fosse negada para todo o sempre.

Aliás, acabamos de tocar num outro aspecto da nossa concepção do homem como depositário de responsabilidades a que aspira e que dignificam a sua condição humana. Não é verdade que ele reclama direitos para poder assumir essas responsabilidades com toda a dignidade? Também os

mais pobres nos relembram de maneira concreta e irrefutável a indivisibilidade dos direitos e das responsabilidades. Se os aceitássemos como parceiros, teríamos, sem dúvida, melhores condições para avançarmos na compreensão desta indivisibilidade, não só no que diz respeito a cada homem em si, mas também à humanidade tomada no seu todo. Os mais pobres mostram-nos claramente que tão indivisível é o homem como a humanidade, visto que se encontram ligados por um único e mesmo destino.

Aceitar os mais pobres como parceiros significa em si uma aplicação inédita e inovadora dos Direitos Humanos. Além disso, seria uma maneira de regressarmos às origens profundas de todas as nossas declarações que não são mais do que a expressão provisória de um pensamento destinado a avançar. Nenhum povo, seja qual for a sua cultura, a sua história, pode ser excluído de tal iniciativa.

4- Restituir os Direitos Humanos aos mais pobres, uma missão que diz respeito a todo o homem

A nossa experiência no terreno ensina-nos que o regresso às origens, às nascentes da dignidade humana é uma iniciativa natural para os homens e mulheres de todas as culturas e crenças. Onde a miséria deixa homens e mulheres sem resposta para as suas angústias e sofrimentos; onde homens se encontram cercados pelo desespero e impedidos de se fazerem ouvir, aí, surgem livremente outros homens e mulheres disponíveis para ouvirem o grito que se eleva até eles, decididos a dar-lhe uma resposta, a repercuti-lo. Onde povos inteiros se encontram atormentados pela fome, com vergonha da sua ignorância, humilhados pelo desemprego, minados pela doença, com o corpo e o espírito gastos pela miséria, aí, encontrei sempre homens e mulheres que se reuniam para em conjunto lutarem e obterem reparação.

Não estou aqui a falar de apoios públicos. Pois, é precisamente onde eles não existem, onde todos os laços oficiais estão rompidos, onde a população já não conta mais para a colectividade nacional ou internacional que vemos cidadãos levantarem-se e que gestos de solidariedade aparecem. Vemos aparecer estes sinais precisamente quando a população já não entra em linha de conta para os programas políticos, para os orçamentos; quando só lhe resta contar consigo mesma. Negar assim seres humanos, famílias inteiras, todo um bairro, toda uma aldeia é intolerável. É por isso que, quando os serviços públicos baixam os braços, simples cidadãos se apresentam como alternativa. Isto é uma realidade histórica de que posso dar testemunho desde a minha infância e que encontrei em todos os países, tanto ricos como pobres, e das mais variadas culturas. Quando pergunto a estes homens, sejam eles muçulmanos, cristãos, judeus ou animistas, hindus ou budistas o que os leva a recusarem a miséria, as respostas que me dão não são necessariamente ditadas pela religião, nem tão-pouco pelos preceitos inculcados pela tradição. Diga-se que a tradição, por esse mundo fora, dita a esmola e a assistência como um serviço a prestar àqueles que a miséria tornou demasiado desfigurados.

As respostas que oiço através do mundo são de uma outra ordem:

“Os homens não são feitos para viverem numa tal abjecção.”

“Deus não quis isto.”

“Não posso aceitar que vivam na vergonha.”

“Sou mulher; não posso deixar outras mulheres numa tal miséria.”

Uma mãe, algures em África, dizia-me: “Não tenha medo. Em todos os sítios onde os homens parecem totalmente abandonados, você encontrará sempre alguém que vai junto deles.”

E acrescentava: “Quando não há mesmo ninguém, ainda assim, se procurar bem, encontrará uma religiosa.”

Donde virá esta tenacidade individual, quando a comunidade abandona uma população que já nem parece ter figura humana?

“Porque são homens...”

Era o que me diziam os serviços do Estado na Polónia: “Não trabalham, educam mal os filhos, entregam-se à bebida. Mas todo o homem é recuperável.”

Poderíamos certamente interrogar-nos sobre o rigor das medidas tomadas por estes serviços para “recuperarem” famílias vivendo num bairro vetusto de Varsóvia, do outro lado do rio. Mas, pelo menos, não ouvimos a palavra “irrecuperável” demasiadas vezes utilizada noutros sítios.

Que possa haver homens “irrecuperáveis” é uma ideia que foi emitida, por exemplo, nos países ricos. Talvez porque não se tenha encontrado nenhuma outra justificação para explicar o fracasso

da assistência tanto pública como privada que, apesar de ter experimentado os melhores e os mais eficazes métodos de acção, nunca conseguiu reduzir de modo significativo a grande pobreza. Mas, foi também nos países ricos que encontramos, quando todas as pontes de comunicação estavam destruídas, concidadãos e, por vezes, famílias à beira da pobreza, que não aceitavam ficar de braços cruzados em face de outros lares reduzidos a uma sobrevivência indigna do homem.

Sabemos por experiência que os mais pobres, ao recusarem ver um dos seus afundar-se no desespero, se apresentam como os primeiros a formar o último baluarte de defesa, uns para os outros. Mas há sempre alguém das redondezas que vem juntar-se a eles neste combate. Diga-se que sem sucesso, a maior parte das vezes. Com efeito, a boa vontade das pessoas só dificilmente poderá eliminar a grande pobreza.

Mas o que conta aqui é esta ideia que “não é normal”, esta ideia que o homem não foi feito para ser desumanizado a tal ponto.

O que aparece como característico da miséria, por toda a parte, é que o homem por ela apanhado se acha afastado das responsabilidades e dos direitos essenciais sejam eles quais forem, segundo a sua cultura. Mas também é verdade que em todas as culturas e em todos os meios aparecem homens e mulheres que acham anormal, porque desumano, que populações permaneçam sem defesa em face de uma tão grande pobreza e, pior que isso, sejam excluídas por se encontrarem numa tal desolação. Em todo o lado, existem concidadãos que repercutem o que os mais pobres sentem no mais profundo deles mesmos: “Não é normal, porque também eu sou um homem.”

Tudo isto mostra que, a partir dos anos 60, podia nascer o que veio a tornar-se o *Fórum Permanente sobre a Grande Pobreza*, fundado por ATD Quarto Mundo. Ao reunir aderentes de todos os países, este Fórum permite a cada um aprender com a experiência dos outros. Ninguém tem lições para dar nem teorias a impor. Cada um tenta dentro do seu país e a partir da sua cultura, da sua situação particular, das suas convicções espirituais dar apoio a crianças, a jovens, a famílias em extrema pobreza. Na maior parte dos casos já não se trata de pessoas que agem em nome individual. No Fórum descobrem possibilidades de criar pequenas ONG (Organizações não Governamentais) com a população que procuram servir. Também isto é um sinal. Não nos encontramos perante personalidades excepcionais, mas sim frente a simples cidadãos capazes de congregar outros com quem partilham a mesma concepção do homem.

Poderíamos, certamente, perguntar-nos até que ponto esta história diz respeito aos Direitos Humanos tal como nós os consideramos nas nossas democracias. Na verdade, trata-se de uma história que caminha discretamente, sem por enquanto provocar mudanças espectaculares tanto nas comunidades nacionais como nas internacionais. Mas a UNESCO, a UNICEF, o Banco Mundial, a Comissão da Comunidade Europeia participam em todos os encontros, onde os defensores do homem que se encontram no terreno tomam, realmente, a palavra. Não é por isso que estas grandes instâncias adquirem imediatamente os meios para atingirem os mais pobres e para os colocarem numa situação de direito. No entanto, participam nesta história que me parece significativa de um regresso à origem de todo o direito; na história de um regresso ao homem e, particularmente, ao homem privado dos meios necessários para mostrar que é um homem igual aos outros, capaz de assumir a cultura do seu povo e do seu tempo.

Nos países ocidentais, lamentamos que o significado atribuído às declarações e aos pactos seja, por vezes, limitado noutras partes do mundo. Mas não teremos nós ido um pouco depressa demais ao querermos que todos os povos a eles adiram, sem termos em conta a sua história e a sua cultura? Não teremos esquecido o tempo e a experiência que foram necessários, nos nossos próprios países, para construirmos nações suficientemente unidas, criarmos democracias, tentarmos a aventura da igualdade e da liberdade dos homens?

Será sensato da nossa parte acreditar que razões económicas, por si só, possam justificar um certo “vazio” de direitos em determinadas partes do mundo, tal como acreditamos que, por essas mesmas razões, retrocessos evidentes em matéria de direitos possam ser legitimados, nos nossos países? O facto de termos descoberto que a grande pobreza nega todos os direitos, porque nega o próprio homem, não será uma oportunidade única oferecida às nações ricas e pobres para, em união com todas as culturas, regressarmos às origens do ideal contido nos direitos inalienáveis?

Não será isto uma boa ocasião que nos é oferecida pelos mais pobres para melhor afinarmos o ponto de mira do nosso combate, para sentirmos melhor as verdadeiras questões que devem ser postas? De facto, eles ajudam-nos a compreender que não se trata de saber, em primeiro lugar, quais os recursos económicos que se encontram à disposição para pôr em obra as nossas declarações. Eles perguntam-nos, primeiro que tudo, se acreditamos que todo o ser humano é um

homem digno de responsabilidades para o bem de todos. E a experiência mostra-nos que é a partir daí que deve ser abordada a questão do direito próprio de cada homem a participar nas responsabilidades e nas vantagens que a cultura do seu meio concede à maioria. Surge então, necessariamente, a questão dos direitos inalienáveis de todos os homens. Mas é só no fim de nos termos interrogado sobre a vida dos mais pobres que os Direitos Humanos podem ser reconhecidos sem reticências.

Não será isto uma experiência a ter em conta, dado que a história nos mostra que, quando impomos os Direitos Humanos como condição *sine qua non*, isso pode levantar um verdadeiro problema no seio de numerosas culturas através do mundo?

Foi esta a linha de conduta seguida pelo Seminário do Fórum realizado na UNESCO em 1987. Os participantes afirmaram aí e em primeiro lugar o direito de cada homem, e em particular o direito dos mais pobres, a ter provas de que realmente é reconhecido como ser humano. O direito de verificar que outros homens vêm ao seu encontro para partilharem as suas vidas e o seu combate como prova de fraternidade. A isto nós chamámos o investimento do homem no homem: "Se já não acreditas nisso, porque conhecestes muitos abandonos, eu venho pôr-me a teu lado para te provar que tu és um irmão digno de confiança e de responsabilidades."

Parece-me evidente que nenhuma cultura pode verdadeiramente negar a necessidade deste investimento de homens e de mulheres empenhados junto de outros homens que, por causa da miséria em que vivem, acabaram por ver despedaçada a sua identidade, por perder a confiança em si próprios e na solidariedade de quem os rodeia. A miséria (e eu posso dar testemunho disso durante toda a minha vida) é um lento e penoso caminhar onde a confiança em si, nos nossos e nos outros se vai minando, à medida que os dias vão passando. Os mais pobres, tanto os do Norte como os do Sul, são populações que têm por trás delas uma longa história de desgaste da própria segurança, de expectativas não correspondidas por quem se apresentava como um sinal promissor. Uma longa história onde a esperança foi sufocando, de desengano em desengano, à medida que o tempo ia passando.

No decorrer dos anos, constatei que esta experiência pode ser partilhada em toda a parte e que todos os homens são capazes de compreender que o homem é o último preço a pagar pelo homem. Quem acredita no homem sabe que o mais pobre dos homens tem um direito absoluto ao compromisso de outros homens como seus servidores. "O remédio do homem é o homem," afirmam os nossos amigos de África. Nesta perspectiva, todos os homens, seja qual for a sua filosofia ou crença, têm por vocação e missão fazer justiça aos mais desfavorecidos. A partir desta tomada de consciência, a reflexão e a experimentação em matéria de Direitos Humanos poderiam beneficiar de um novo impulso. Então, ricos e pobres do mundo inteiro teriam a possibilidade de se encontrarem um pouco mais em igualdade, de reconhecerem a herança comum que justifica e pode garantir a sinceridade de uma aplicação das grandes declarações e convenções internacionais. Talvez o mais necessário para o mundo não seja aquilo a que chamamos ensino dos Direitos Humanos. Antes seria necessário fazer uma procura comum sobre o que torna cada homem em si e todos os homens entre si indivisíveis, necessariamente unidos e co-responsáveis de direitos mútuos.

No que me toca, posso afirmar, em guisa de conclusão, que os mais pobres me transmitiram um ensinamento essencial sobre esta indivisibilidade em todos os aspectos. Primeiramente, ensinaram-me que não avançaremos na compreensão da grande pobreza, se continuarmos a fragmentá-la segundo as fronteiras geográficas. Quando lhes damos a palavra, falam-nos sobretudo daquilo que os une, ou seja, da impossibilidade de se orgulharem da sua identidade, da sua história. Falam-nos ainda da interdição que os impede de fazerem parte seja do que for, a não ser que seja negativo ou até mesmo vergonhoso. Em todos os continentes, nos falam da impossibilidade de viverem como irmãos junto de outros homens, enquanto estes ignorarem quem são e o que vivem os mais pobres. O encadeamento inexorável das precariedades, das impossibilidades de se viver como deve viver um homem, levou-me a tocar de perto a indivisibilidade dos direitos fundamentais, devendo estes ser-lhes reconhecidos, se quisermos que alcancem a liberdade.

Talvez o mais importante seja o facto das populações que vivem em grande pobreza exprimirem a sua convicção de que viver como homem, como irmão, como cidadão significa poder assumir responsabilidades. Com efeito, para elas, os direitos fundamentais só tomam o seu verdadeiro sentido e só atingem a sua plena realização, quando lhes permitirem ser responsáveis, isto é, trabalhadores reconhecidos, pais capazes de educar os filhos, membros úteis de uma comunidade, gente que participa na construção do seu país.

Deste modo, não só nos ensinam o que é a indivisibilidade dos direitos e das responsabilidades, mas também o que é a co-responsabilidade, significando esta a indivisibilidade entre os homens, entre os povos. Para os mais pobres do mundo inteiro todos os homens tomam parte na mesma missão de contribuir para a construção de uma comunidade nacional e internacional "onde os

nossos filhos possam viver”, “onde todos os homens se dariam a mão,” missão esta que é compatível com todas as crenças que se encontram nas Nações Unidas. Não será, no fim de contas, à volta dos mais pobres e da missão que eles desejam assumir connosco que se decidirá o futuro dos Direitos Humanos? Para os realizarmos, uma nova aliança e novos parceiros nos são propostos. Que grande oportunidade seria para o mundo, se nós tivéssemos a coragem de os aceitar!

O Padre Joseph Wresinski

Nasceu de um pai polaco e de uma mãe espanhola a 12 de Fevereiro de 1917.

Ainda menino conheceu a grande pobreza junto de sua mãe e irmãos, vivendo então a família numa casa sem condições, em Angers, França.

Foi ordenado padre a 29 de Junho de 1946 em Soissons. Tendo sido prior de paróquias operárias e rurais durante dez anos, no Departamento do Aisne, é-lhe proposto em 1956, pelo seu bispo, ir ao encontro do acampamento dos Sem-Abrigo em Noisy-le-Grand, na região de Paris.

Aí, juntamente com as famílias que se encontravam numa desolação total, funda o Movimento ATD Quarto Mundo. Aí, homens e mulheres, dos mais diversos meios culturais e religiosos, vêm juntar-se a ele, decidindo empenhar as suas vidas na destruição da miséria, em todos os recantos da terra. Assim apareceu o Voluntariado.

Ao mesmo tempo, cria uma rede de “aliados” que se comprometem a lutar para que a miséria deixe de ser considerada obra do destino; o terreno de acção dos “aliados” é o seu local de trabalho, as suas associações, as suas paróquias.

Em 2002 o Movimento ATD Quarto Mundo encontra-se implantado em 116 países, através do Fórum Permanente da Grande Pobreza. O Voluntariado, composto de 350 voluntários, encontra-se implantado em 25 países espalhados pelos cinco continentes.

Sendo membro do Conselho Económico e Social da República Francesa, desde 1979, o Padre Joseph Wresinski redige o Relatório “Grande Pobreza e Precariedade Económica e Social”, em Fevereiro de 1987. Tal Relatório veio a ter repercussões sociais e políticas importantes na Europa e no mundo.

No dia 17 de Outubro, desse mesmo ano, inaugura uma Laje, no Adro das Liberdades e dos Direitos do Homem, no Trocadéro, em Paris, na qual está gravada a seguinte mensagem :

“Onde os homens estão condenados a viver na miséria,
aí os Direitos do Homem são violados.
Unir-se para os fazer respeitar é um dever sagrado.”

Uma réplica desta Laje foi inaugurada junto ao Arco da Rua Augusta, em Lisboa, a 17 de Outubro de 1994.

O Padre Joseph Wresinski deixou-nos a 14 de Fevereiro de 1988. Repousa sob a capela que mandou construir no Centro Internacional do Movimento ATD Quarto Mundo, em Méry-sur-Oise, França.

Em Dezembro de 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas decreta o dia 17 de Outubro como Jornada Mundial para a Erradicação da Pobreza.